

Uma análise midiática da cobertura da Folha de S.Paulo sobre a crise e conflitos em terras indígenas Yanomami (2019–2025)¹

Daniel Félix²

Elen Geraldles³

Universidade de Brasília - UnB

Resumo

Este artigo analisa a cobertura da Folha de S.Paulo sobre os conflitos em torno da Terra Indígena Yanomami entre 2019 e o primeiro semestre de 2025, com foco na forma como o jornal enquadrrou a exploração mineral, os impactos ambientais e a crise sanitária. A partir de uma abordagem qualitativa e quantitativa, que combina análise de discurso e cobertura com levantamento de palavras-chave no acervo digital do jornal, identifica-se uma transição entre o tom neutro e burocrático predominante no governo Bolsonaro e uma postura mais crítica sob o governo Lula. Ainda assim, a ausência da categoria “neoextrativismo” e a baixa problematização da estrutura econômica do garimpo revelam limites do enquadramento adotado pela imprensa *mainstream* brasileira. O estudo contribui para o debate sobre a relação entre mídia, política e território.

Palavra-chave: cobertura jornalística; povos indígenas; Yanomami; garimpo ilegal; enquadramento midiático.

Introdução

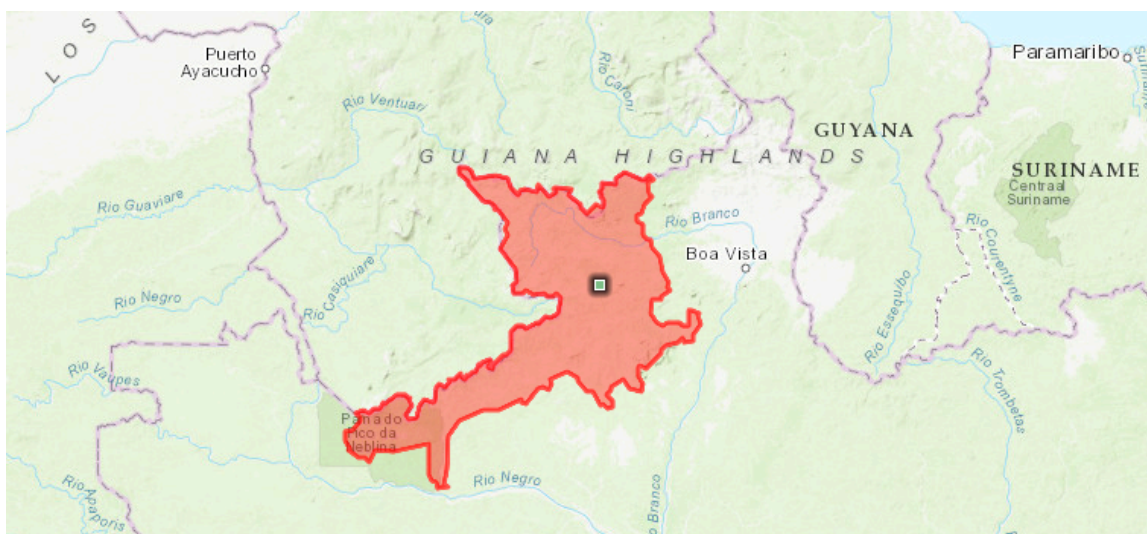
Nas últimas décadas, o avanço de práticas econômicas intensivas em recursos naturais sobre territórios indígenas tem sido associado ao conceito de *neoextrativismo* — uma forma contemporânea de exploração que, embora muitas vezes legalizada ou tolerada pelo Estado, financiando inclusive muitos programas sociais, o que gera a falsa sensação de desenvolvimento, aprofunda desigualdades e degrada o meio ambiente (Costa, 2021, p. 67). No Brasil, esse modelo tem se manifestado de forma contundente na Amazônia e em Roraima, especialmente em terras indígenas como a dos Yanomami, que enfrentaram uma grave crise humanitária a partir de 2019, impulsionada pela expansão do garimpo ilegal, pelo desmonte das políticas de proteção ambiental e pela omissão deliberada do poder público.

¹ Trabalho apresentado na IJ07 – Comunicação e Cidadania, da Intercom Júnior – 20ª Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação, 4º Semestre, do Curso de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília – UnB, e-mail: 232011135@aluno.unb.br.

³ Orientadora e professora da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília – UnB, e-mail: elenger@unb.br

Figura 1 – Demarcação do território Yanomami



Fonte: Instituto Socioambiental; Organização Terras Indígenas no Brasil.

A tragédia Yanomami ganhou destaque na imprensa nacional, revelando não apenas a violência física e simbólica sofrida por esses povos, mas também os limites da cobertura jornalística diante de conflitos complexos e estruturalmente invisibilizados. A partir da análise de editoriais, edições impressas e pesquisas realizadas pelo Datafolha publicados nesse período, busca-se compreender de que forma o jornal Folha de S. Paulo retratou os impactos sociais e ambientais da presença extrativista no território Yanomami e se a cobertura contribuiu para explicitar — ou silenciar — os conflitos sociopolíticos envolvidos.

Cobertura jornalística e disputas por sentido

A cobertura jornalística pode ser compreendida como o conjunto de escolhas editoriais, práticas de apuração e estratégias discursivas que, ao narrar um acontecimento, o constituem simbolicamente. Não se trata de um espelho da realidade, mas de uma produção ativa de sentidos construídos e posteriormente narrados. Segundo Gislene Silva e Flávia Dourado Maia (2011), é possível identificar, nos produtos jornalísticos, marcas do processo de produção, o que evidencia o papel da mídia como instância que molda, seleciona e enquadra os acontecimentos. Ao decidir o que será noticiado — e, sobretudo, como será narrado — o jornalismo interfere na forma como o público compreende os conflitos sociais e ambientais.

Nesse sentido, a produção de sentidos está diretamente relacionada à noção de enquadramento (*framing*), tal como formulada por autores como Robert Entman (1993), que define o enquadramento como a seleção de aspectos da realidade percebida para torná-los mais salientes (*salience*) em um texto comunicativo. Os enquadramentos ajudam a definir problemas, diagnosticar causas, fazer julgamentos morais e sugerir soluções, bem como influenciar como o público entende, avalia e reage (Entman, 1993). Tuchman (1978), por sua vez, destaca que a rotinização da produção jornalística favorece a reprodução de discursos oficiais e a invisibilização de atores dissidentes. Assim, os enquadramentos resultam tanto de escolhas discursivas quanto de práticas institucionais que moldam os contornos do que será percebido como realidade. Ao relacionar essas duas perspectivas, é possível compreender o enquadramento como resultado de práticas institucionais e rotinas produtivas que moldam, desde a origem, os contornos e os fatos do que será socialmente percebido como realidade.

Quando o foco recai sobre os conflitos socioambientais em terras indígenas, o papel da mídia torna-se ainda mais sensível. Um dos conceitos mais importantes para compreender a dinâmica recente da exploração de recursos naturais nesses territórios é o de neoextrativismo, conforme desenvolvido por autores como Eduardo Gudynas e Maristella Svampa. O termo refere-se a formas contemporâneas de extrativismo que, mesmo associadas a governos progressistas ou a narrativas de desenvolvimento sustentável, mantêm a lógica de exploração intensiva da natureza, gerando dependência econômica, degradação ambiental e conflitos com comunidades locais. Svampa (2019) enfatiza que o neoextrativismo se apoia em uma “retórica da necessidade” — a ideia de que sacrificar determinados territórios seria inevitável para sustentar o crescimento nacional. Já Gudynas (2009) destaca a contradição entre a ampliação de direitos no plano discursivo e a continuidade de práticas que subordinam populações indígenas a lógicas desenvolvimentistas excludentes.

A imprensa *mainstream*, ou seja, a hegemônica — incluindo veículos como a Folha de S.Paulo — atua como mediadora desses conflitos, ocupando uma posição ambígua: ao mesmo tempo em que denuncia certas violações, pode contribuir para o esvaziamento das causas estruturais que geram o conflito, ao limitar a cobertura a episódios pontuais ou reduzir os sujeitos indígenas a vítimas passivas.

O recorte temporal entre 2019 e o primeiro semestre de 2025 corresponde ao auge da crise humanitária vivida pelo povo Yanomami, resultado direto da intensificação do garimpo ilegal em seu território, da inoperância dos órgãos de fiscalização e da retórica institucional permissiva do governo Jair Bolsonaro. A devastação ambiental, a propagação de doenças e a fome afetaram dezenas de comunidades indígenas, levando o tema ao centro do debate público em 2023, já sob o novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A reação da imprensa, nesse contexto, revela não apenas mudanças na cobertura jornalística, mas também os limites e as possibilidades de atuação da mídia frente a uma política de destruição sistemática e institucionalizada promovida pelo garimpo ilegal.

Por fim, é importante considerar que a cobertura da crise Yanomami, como expressão do neoextrativismo, está inserida em um contexto de profunda disputa por sentidos na arena pública. A forma como a Folha de S.Paulo enquadrou o problema, os sujeitos que escolheu ouvir, os termos que utilizou para nomear os responsáveis e os silêncios editoriais que eventualmente produziu, são elementos centrais para compreender o papel da comunicação na mediação dos conflitos socioambientais, especialmente no que diz respeito à visibilidade e à articulação de grupos historicamente marginalizados. Como já apontaram autores como Mauro Porto (2007), o jornalismo é atravessado por tensões entre o campo político, econômico e midiático, e sua atuação diante de temas sensíveis, como o extrativismo em terras indígenas, depende tanto de seus valores editoriais quanto da conjuntura política em que está inserido.

Neoextrativismo e territórios indígenas: panorama de meia década de disputa

O modelo de desenvolvimento baseado na exploração intensiva dos bens naturais ganhou nova roupagem na América Latina, sendo denominado por diversos autores como "neoextrativismo". Segundo Alberto Acosta (2016), o neoextrativismo mantém a lógica extrativista tradicional, mas sob um verniz progressista, com maior presença do Estado e retórica de redistribuição. No entanto, em vez de romper com o modelo colonial-exportador, ele o aprofunda, agravando as contradições socioambientais. Para o autor, essa "maldição da abundância" impede a diversificação econômica e fortalece a dependência de mercados externos, mesmo quando administrada por governos que se

apresentam como populares e democráticos (Acosta, 2016, p. 70). Trata-se de uma reconfiguração do extrativismo clássico, agora associado a governos progressistas ou neoliberais, em que o Estado tem papel ativo na regulação e promoção da exploração de *commodities*, frequentemente com fins exportadores. No Brasil, o processo se intensificou a partir dos anos 2000, sendo mantido por diferentes administrações, inclusive aquelas que se apresentaram como populares e democráticas e assim começou a ser reconhecida por diversos autores como “Neoextrativismo”.

Historicamente, o extrativismo no Brasil remonta à colonização portuguesa, com a extração de pau-brasil, ouro e outros recursos naturais. No período republicano, com a industrialização e a construção de infraestrutura, esse modelo ganhou novas formas, como a ampliação da fronteira agrária, a construção de grandes hidrelétricas e a exploração mineral em larga escala. A partir do ciclo de *commodities* no início do século XXI, essas práticas foram intensificadas e justificadas como necessárias ao crescimento econômico e à redução da pobreza, reproduzindo o discurso desenvolvimentista.

No contexto brasileiro, o neoextrativismo em terras indígenas assume formas diversas que, como aponta Acosta (2016), caracterizam um “extrativismo de nova geração”: um modelo sustentado por discursos de desenvolvimento e redistribuição, mas que perpetua a lógica de espoliação dos territórios, muitas vezes com respaldo ou omissão do Estado. Entre as principais frentes, destaca-se a mineração, especialmente o garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami, cuja área degradada aumentou em 4.000 hectares aproximadamente, entre 2018 e 2022, segundo o Instituto Socioambiental. Também as hidrelétricas, como Belo Monte no rio Xingu (PA), têm causado impactos severos em povos como os Juruna, Arara e Kayapó, com violações sistemáticas de direitos denunciadas pelo MPF e pelo ISA. Já o agronegócio avança sobre terras em processo de demarcação, promovendo grilagem, desmatamento e violência. Segundo nota técnica elaborada por Antonio Oviedo e William Pereira, publicada pelo Instituto Socioambiental (ISA), dados do INPE (Prodes/DETER) apontam um aumento expressivo do desmatamento em áreas protegidas entre 2019 e 2022. Esse avanço coincide com o crescimento das invasões em territórios indígenas, denunciadas por

organizações como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

Um exemplo emblemático foi a denúncia da situação da Terra Indígena Yanomami durante o governo Bolsonaro. Segundo reportagem publicada pela APIB, em 23 de janeiro de 2023, intitulada "Ameaça à vida do Povo Yanomami foi ignorada dezenas de vezes por governo Bolsonaro", a invasão do garimpo ilegal foi levada à justiça pelo menos 21 vezes, com ações da APIB, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e outras entidades, sem que o governo cumprisse as determinações judiciais. Relatórios da Hutukara Associação Yanomami apontaram que o território vivia seu pior momento desde a demarcação, com milhares de crianças doentes, desnutrição severa, contaminação por mercúrio e destruição ambiental acelerada. A resposta estatal só veio com o novo governo, que decretou estado de emergência e iniciou investigações por genocídio e crimes ambientais. Documentos como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos dos Povos Indígenas e o artigo 231 da Constituição Federal do Brasil embasam a luta desses povos.

Portanto, a configuração atual do neoextrativismo no Brasil representa uma continuação de lógicas coloniais sob novas justificativas. Sua atuação sobre territórios indígenas expõe os limites do modelo desenvolvimentista vigente e reforça a necessidade de alternativas que respeitem a autonomia dos povos originários e a integridade ecológica dos territórios.

A construção da notícia: como a Folha de S.Paulo narra o neoextrativismo em terras indígenas

Ao analisar como a mídia *mainstream* brasileira cobre o avanço do extrativismo sobre territórios indígenas, é possível perceber padrões que revelam mais do que apenas escolhas editoriais: evidenciam disputas de sentido sobre o que se entende por desenvolvimento, legalidade, direitos e acesso aos Territórios Indígenas dos Yanomami. A cobertura da Folha de S.Paulo, entre 2019 e o primeiro semestre de 2025, expressa esse tensionamento entre o registro factual e a construção simbólica dos conflitos

ambientais, frequentemente reproduzindo silenciamentos estruturais sobre o verdadeiro papel do Estado.

Levantamento no acervo digital da Folha, cruzando “Yanomami” com nove palavras-chave (ver Tabela 1), revela o aumento expressivo de matérias a partir de 2021, com pico em 2023. Só “Yanomami” + “garimpo” gerou 311 textos em 2023, refletindo a centralidade da crise. A expressão “Terra Indígena” apareceu 179 vezes no mesmo ano, indicando maior atenção editorial diante da emergência sanitária e ambiental. Já “neoextrativismo” não surgiu entre 2019 e 2025, o que reforça a tendência de não enquadrar o extrativismo como política de Estado, mas como questão técnica, criminal ou pontual. A ausência de categorias críticas e o uso de termos neutros evidenciam os limites do enquadramento liberal dominante.

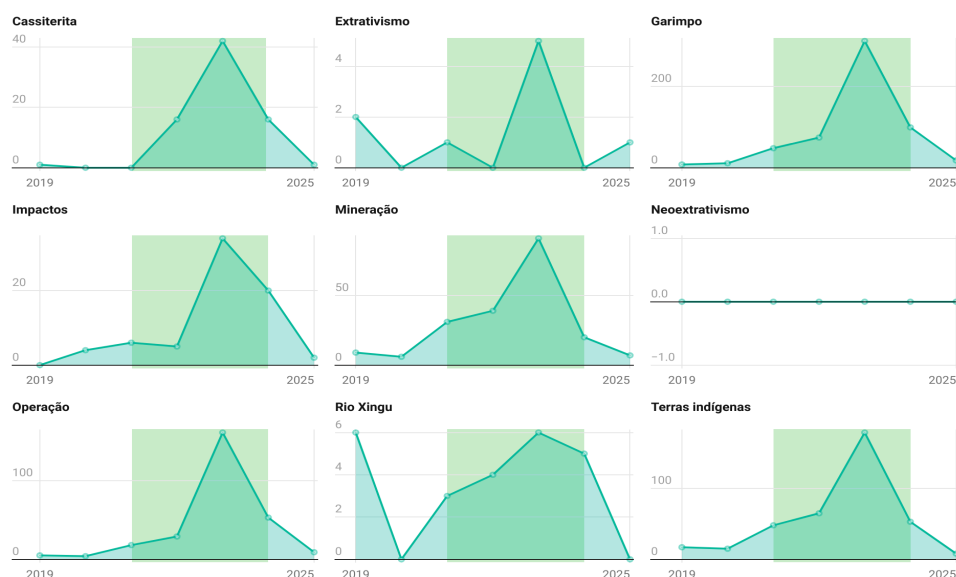
A tabela 1 e o gráfico 2 a seguir ilustram o crescimento vertiginoso da produção de matérias na Folha entre 2021 e 2023, precisamente no intervalo em que a crise Yanomami alcança maior visibilidade nacional e internacional. No entanto, a queda abrupta em 2024 e no primeiro semestre de 2025 revela uma tendência de esvaziamento da cobertura, alinhada ao que Tuchman (1978) chama de rotinização da tragédia — quando a repetição e o enquadramento pontual transformam a violência estrutural em evento passageiro, desprovido de historicidade ou responsabilização política.

Tabela 1 - Ocorrência quantitativa anual de matérias na Folha de S.Paulo com “Yanomami” em combinação com palavras-chave selecionadas (2019–2025)

Palavras-Chave	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Garimpo	8	11	48	74	311	99	18
Mineração	9	6	31	39	91	20	7
Impactos	0	4	6	5	34	20	2
Rio Xingu	6	0	3	4	6	5	0
Neoextrativismo	0	0	0	0	0	0	0
Extrativismo	2	0	1	0	5	0	1
Terras indígenas	17	15	48	65	179	53	8
Cassiterita	1	0	0	16	42	16	1
Operação	5	4	18	29	161	53	9

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Figura 2 - Gráfico da ocorrência anual de matérias na Folha de S.Paulo com “Yanomami” em combinação com palavras-chave selecionadas (2019-2025)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no site do jornal Folha de S.Paulo, 2025.

O enquadramento predominante durante o governo Bolsonaro tratava o garimpo como um problema de “ilegalidade” ou “falta de fiscalização”, sem relacioná-lo a políticas públicas ou discursos oficiais. A partir de 2023, com a troca de governo, observa-se uma inflexão editorial: a Folha passa a usar termos como “tragédia humanitária” e a responsabilizar diretamente a gestão anterior, como no editorial de 25 de janeiro de 2023: *“A tragédia Yanomami: Descaso agravado sob Bolsonaro leva à crise da saúde chocante no território”*. Ainda assim, essa mudança de tom não representou uma transformação profunda na cobertura, que segue raramente investigando quem lucra com o garimpo ou os fundamentos do extrativismo.

Em resumo, a análise textual e estatística da cobertura da Folha de S.Paulo mostra uma transição do jornalismo burocrático para uma postura mais denunciante a partir de 2023, mas ainda limitada por uma lógica liberal de enquadramento. A ausência do termo “neoextrativismo”, somada à cobertura episódica e focada em operações e efeitos colaterais, impede a construção de uma narrativa crítica sobre a política de desenvolvimento que incide sobre os territórios indígenas. Como alerta Gaye Tuchman (1978), a espetacularização de eventos trágicos sem historicidade aprofunda o silenciamento das causas e dos agentes envolvidos — e, nesse caso, do próprio Estado brasileiro.

Considerações finais

Este artigo investigou como a *Folha de S.Paulo* abordou o avanço do neoextrativismo em terras indígenas Yanomami entre 2019 e o primeiro semestre de 2025, buscando compreender de que forma a cobertura jornalística refletiu — ou silenciou — os conflitos socioambientais e políticos vinculados à exploração mineral e à omissão estatal nesses territórios. A análise da cobertura das matérias, aliada a um levantamento quantitativo de palavras-chave e à categorização do tom e das fontes utilizadas, permitiu identificar padrões relevantes de enquadramento e omissão.

Durante o governo Bolsonaro (2019–2022), a cobertura da *Folha* foi marcada por um tom neutro e burocrático, focado em ações pontuais de fiscalização e decisões judiciais, tratando o garimpo como mera ilegalidade, sem conexão com políticas públicas deliberadas; nesse período, as vozes indígenas foram pouco ouvidas e o extrativismo raramente foi articulado como estratégia estatal de expropriação. Com a intensificação da crise humanitária e a mudança de governo em 2023, o jornal adotou um tom mais crítico, incorporando termos como “genocídio”, ampliando o espaço para lideranças indígenas e reconhecendo os impactos sociais e ambientais da mineração. No entanto, a cobertura seguiu limitada: não abordou o “neoextrativismo” como categoria analítica e pouco investigou a cadeia econômica do garimpo ou os interesses estruturais que o sustentam, como os do agronegócio, da mineração empresarial e do sistema financeiro.

A *Folha de S.Paulo* oscilou entre dar visibilidade e silenciar conflitos: por vezes denunciou violações e divulgou dados sobre a crise Yanomami, mas evitou conectar esses fatos à lógica mais ampla do desenvolvimento colonial e do extrativismo. Essa limitação do jornalismo liberal em enfrentar estruturas de poder reforça a necessidade de tensionar seus enquadramentos, com base no framing (Entman, 1993) e na crítica à rotinização da tragédia (Tuchman, 1978). Compreender a cobertura como parte das disputas por sentido em torno dos territórios indígenas permite avançar na crítica às representações e silenciamentos dos sujeitos historicamente marginalizados. Ao reconhecer o jornalismo como ator político, este estudo defende o alargamento das análises para além da suposta neutralidade, valorizando perspectivas

contra-hegemônicas comprometidas com os direitos dos povos originários e com formas de comunicação que rompam com a lógica extrativista e os interesses do capital.

Referências

ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Elefante, 2020. p. 46–87.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL – APIB. Ameaça à vida do povo Yanomami foi ignorada dezenas de vezes por governo Bolsonaro. 23 jan. 2023.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, v. 43, n. 4, p. 51–58, 1993.

FOLHA DE S.PAULO. A tragédia Yanomami: descaso agravado sob Bolsonaro leva a crise da saúde chocante no território. São Paulo, 25 jan. 2023. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 14 jun. 2025.

FOLHA DE S.PAULO. Portal institucional. [S. l.]: Grupo Folha. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 14 jun. 2025.

GUDYNAS, Eduardo. La ecología política del giro biocéntrico: acumulación por apropiación y conservación conservadora. In: SVAMPA, Maristella (org.). *Extractivismo, política y sociedad*. Quito: CLAES / Abya-Yala, 2009. p. 187–225.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. *Nota técnica: atualizações sobre o garimpo na Terra Indígena Yanomami e seus impactos na assistência à saúde no período da Emergência Sanitária*. 20 jan. 2024. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/yad00623.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.

OVIEDO, Antonio; PEREIRA, William. *Nota técnica: a geografia do desmatamento na Amazônia Legal*. Instituto Socioambiental – ISA, [s.d.]. Disponível em: <https://www.socioambiental.org>. Acesso em: 19 jun. 2025.

PORTO, Mauro. *A política das notícias: mídia e opinião pública no Brasil*. Brasília: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. *Revista Discursos Fotográficos*, Londrina, v. 7, n. 2, p. 18–36, jul./dez. 2011.

SVAMPA, Maristella. Neoextrativismo e desenvolvimento: um debate com Eduardo Gudynas. *Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos – ReBELA*, v. 9, n. 1, p. 23–36, 2019.

TUCHMAN, Gaye. *Making News: A Study in the Construction of Reality*. New York: Free Press, 1978.